

# COMISSÃO EVENTUAL SOBRE O DESMANTELAMENTO E REALOJAMENTO DO BAIRRO DO 2º TORRÃO

## ATA N.º 08/XII-2º/2021-2025

1. Aos dezanove dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três, pelas 18H00, nas instalações da Santa Casa da Misericórdia, sitas na Trafaria, realizou-se a reunião da Comissão Eventual sobre o desmantelamento e realojamento do Bairro do 2º Torrão com a Santa Casa da Misericórdia de Almada.
2. Verificou-se a presença dos eleitos seguintes:
  - Os Deputados Municipais:
    - António Salgueiro
    - José Rocha
    - João Geraldês
    - António Pedro Maco
    - Margarida Paulos
    - Nuno Mendes
    - Henrique Margarido, em substituição da Srª. Deputada Margarida Lourenço
3. Presentes em representação da Santa Casa da Misericórdia: O Provedor, Sr. Joaquim Barbosa, a Srª. Helena Martins, a Srª. Sofia Valério e a Srª. Isabel Martins.
4. Abertura da Reunião pelo Presidente da Comissão, Sr. António Salgueiro agradecendo a disponibilidade e explicando o fundamento da visita, que visa sobretudo recolher informação sobre o papel da Santa Casa neste processo de desmantelamento e realojamento no Bairro do 2º Torrão.
5. Começa por intervir a Srª. Sofia Valério com uma breve explanação sobre o papel da Santa Casa na Trafaria, explicando que é um centro icónico de referência para o acompanhamento social das famílias mais carenciadas de todas as faixas etárias da comunidade, a maior parte moradores no Bairro do 2º Torrão.
6. Em seguida falou a Srª. Fernanda Martins que referiu que das 142 famílias a que prestam apoio, cerca de 48% são do 2º Torrão, onde são inúmeros os problemas habitacionais, com uma resposta escassa para os alojamentos temporários. No processo de realojamento tinham referenciadas cinco famílias que foram realojadas, existindo a necessidade de articulação com os organismos com responsabilidades
7. A Srª Isabel Martins acrescentou que dão apoio de retaguarda a pessoas colocadas nos abrigos, nomeadamente pessoas com problemas do foro mental.
8. A Srª. Fernanda Martins interveio novamente para referir que sobre o processo de desmantelamento, foram confrontados com as dificuldades das famílias orientadas para o realojamento, dificuldades em encontrar habitação com os requisitos exigidos, e pelo facto

de estarem enraizadas na comunidade. Foram feitas reuniões para perceber as maiores dificuldades e orientar no pedido de habitação à autarquia. O processo de realojamento de emergência da vala não foi pacífico, existindo alguns problemas com documentação, e as pessoas foram empurradas para realojamento fora do Concelho, etc.. A Santa Casa não foi chamada para intervir.

9. O Sr. Deputado José Rocha diz que infelizmente acompanhou todo este processo no terreno desde o início e conhece por isso todas as dificuldades com que as famílias foram confrontadas, enaltece o trabalho desenvolvido por esta entidade no apoio prestado às famílias mais carenciadas na comunidade e diz que sempre defendeu que este processo foi iniciado tardiamente, foi muito traumático para as pessoas e deveria ter sido iniciado atempadamente.
10. O Sr. Deputado João Geraldês colocou algumas questões: Sendo a Santa Casa uma entidade com participação social neste bairro, porque razão não foi chamada para intervir e acompanhar este processo de realojamento, a segunda questão é se continuam a acompanhar as cinco famílias a que prestaram apoio na fase inicial do processo.
11. O Sr. Deputado Nuno Mendes refere que quando ouvimos que as cinco famílias foram devidamente acompanhadas, contraria a informação a que temos tido acesso, termina dizendo que o processo deveria ter sido iniciado muito antes.
12. O Sr. Provedor Joaquim Barbosa começa por dizer que as pessoas receberam informação de que tinham que abandonar as casas em outubro e a primeira reunião só foi convocada em maio. Agiram inicialmente em articulação com o RSI no acompanhamento às cinco famílias e a partir dessa altura deixaram de ser convocados para intervir, ou seja, não foram implicados na resposta dada, ainda assim fizeram acompanhamento, mas apenas dentro do concelho, as dificuldades foram muitas, pelo facto de à data não ter sido ainda concretizada a transferência de competências, que veio permitir uma maior autonomia da Santa Casa para apoio mais abrangente na área social.
13. A Sr<sup>ª</sup>. Helena Martins disse que o desmembramento da comunidade criou muitos problemas, sobretudo pelo facto de retirar as crianças do meio onde estavam integrados, originando não só dificuldades no acompanhamento mas também perda de emprego como consequência da forma como este processo foi conduzido.
14. Joaquim Barbosa diz que o CLDS (Contratos Locais de Desenvolvimento Social) foi um programa comunitário que traçou como objetivo a preparação das pessoas para o processo de realojamento, e que em colaboração com a comissão de moradores se conseguiu desenvolver um trabalho de acompanhamento e ação social.

O CLDS funcionou durante cerca de três anos, com um importante papel social para com os mais desfavorecidos, existindo um papel social muito importante desenvolvido que acaba ao fim de três anos e isso não pode acontecer, criando até insegurança laboral, pela consequente extinção das funções desempenhadas pelos técnicos.

Reforça a necessidade de realojamento das pessoas que residem nestes bairros, bem como a necessidade da Santa Casa em realizar de forma continuada um acompanhamento às famílias mesmo após o realojamento, e nesse contexto a CLDS era uma ponte muito importante.

15. Henrique Margarido perguntou qual o orçamento da Santa Casa da Misericórdia e qual o contributo da Segurança Social. Acrescenta a informação de que este núcleo não está contemplado com receitas geradas pelos jogos da Santa Casa.

16. Em resposta os representantes da Santa Casa informam que durante o período de funcionamento do CLDS foi de setecentos e cinquenta mil euros e neste momento com a transferência de competências o que recebem da Câmara cobre as despesas com os recursos humanos para o serviço de acompanhamento social, 17 técnicos superiores e 7 auxiliares, terminam acrescentado que a CMA transfere ainda cerca sete euros e cinquenta cêntimos por cada.
17. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente da Comissão, António Salgueiro, deu a reunião encerrada pelas 19H25.
18. Por ser verdade se elaborou a presente ata que vai ser assinada pelos Senhores Deputados Municipais presentes.